

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	8
DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024	9
Demonstração de Valor Adicionado	10
Comentário do Desempenho	11
Notas Explicativas	23

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	49
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	50
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	51

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	4.158.155.555
Preferenciais	0
Total	4.158.155.555
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	6.353.010	6.327.395
1.01	Ativo Circulante	314.275	157.435
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	144.192	25.700
1.01.02	Aplicações Financeiras	78.478	44.228
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	78.478	44.228
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras	7.976	4.364
1.01.02.01.04	Aplicações Financeiras Vinculadas	70.502	39.864
1.01.03	Contas a Receber	48.834	45.330
1.01.03.01	Clientes	47.894	42.114
1.01.03.01.01	Contas a Receber	47.894	42.114
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	940	3.216
1.01.03.02.01	Contas a receber Partes Relacionadas	940	3.216
1.01.06	Tributos a Recuperar	38.994	37.370
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	38.994	37.370
1.01.06.01.01	Tributos Correntes a Recuperar	38.994	4.199
1.01.06.01.02	Antecipação de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucros	0	33.171
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.049	4.117
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	3.049	4.117
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	728	690
1.01.08.03	Outros	728	690
1.01.08.03.01	Adiantamentos a Fornecedor	147	132
1.01.08.03.02	Outros Créditos	581	558
1.02	Ativo Não Circulante	6.038.735	6.169.960
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	436.241	436.761
1.02.01.04	Contas a Receber	3.449	3.752
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	3.449	3.752
1.02.01.07	Tributos Diferidos	348.954	348.954
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	348.954	348.954
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	2.142	2.264
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	81.696	81.791
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	61.158	61.253
1.02.01.10.05	Adiantamentos a Fornecedor	20.538	20.538
1.02.03	Imobilizado	21.383	27.401
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	11.519	12.067
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	9.864	15.334
1.02.04	Intangível	5.581.111	5.705.798
1.02.04.01	Intangíveis	5.581.111	5.705.798
1.02.04.01.02	Intangíveis	5.527.066	5.652.229
1.02.04.01.03	Infraestrutura em Construção	54.045	53.569

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	6.353.010	6.327.395
2.01	Passivo Circulante	372.183	359.737
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	16.142	14.433
2.01.01.01	Obrigações Sociais	16.142	14.433
2.01.02	Fornecedores	40.006	44.846
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	40.006	44.846
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	40.006	44.846
2.01.03	Obrigações Fiscais	8.776	7.917
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	8.776	7.917
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	8.776	7.917
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	131.491	89.524
2.01.04.02	Debêntures	131.491	89.524
2.01.05	Outras Obrigações	93.065	126.367
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	6.795	11.034
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	6.795	11.034
2.01.05.02	Outros	86.270	115.333
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	31.711	31.711
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	41.525	40.791
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	3.340	27.743
2.01.05.02.08	Taxa de fiscalização	1.426	1.364
2.01.05.02.11	Arrendamento mercantil a pagar	8.268	13.724
2.01.06	Provisões	82.703	76.650
2.01.06.02	Outras Provisões	82.703	76.650
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção em Rodovias	72.646	69.586
2.01.06.02.05	Provisão para Investimentos em Rodovias	10.057	7.064
2.02	Passivo Não Circulante	3.573.806	3.485.223
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.245.825	2.196.803
2.02.01.02	Debêntures	2.245.825	2.196.803
2.02.02	Outras Obrigações	1.201.085	1.163.471
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.117.675	1.085.565
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	1.117.675	1.085.565
2.02.02.02	Outros	83.410	77.906
2.02.02.02.06	Obrigações fiscais	80.688	75.021
2.02.02.02.08	Arrendamento mercantil a pagar	2.722	2.885
2.02.04	Provisões	126.896	124.949
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	17.870	17.394
2.02.04.01.05	Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	17.870	17.394
2.02.04.02	Outras Provisões	109.026	107.555
2.02.04.02.04	Provisão para Manutenção em Rodovias	77.778	75.459
2.02.04.02.05	Provisão para Investimentos em Rodovias	31.248	32.096
2.03	Patrimônio Líquido	2.407.021	2.482.435
2.03.01	Capital Social Realizado	3.785.168	3.695.168
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-1.378.147	-1.212.733

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	248.556	422.313
3.01.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	204.090	186.052
3.01.02	Receita de serviços de construção	44.466	236.261
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-274.100	-300.595
3.02.01	Custo dos Serviços Prestados	-229.634	-64.334
3.02.02	Custo dos Serviços de Construção	-44.466	-236.261
3.03	Resultado Bruto	-25.544	121.718
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-12.062	-7.713
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-12.427	-8.019
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-12.360	-7.686
3.04.02.04	Provisão para Perdas Esperadas	-67	-333
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	365	306
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-37.606	114.005
3.06	Resultado Financeiro	-127.808	-10.871
3.06.01	Receitas Financeiras	3.859	1.865
3.06.01.01	Receitas Financeiras	3.859	1.865
3.06.02	Despesas Financeiras	-131.667	-12.736
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-131.666	-12.736
3.06.02.02	Variação Cambial Líquida	-1	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-165.414	103.134
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	-19.512
3.08.01	Corrente	0	-19.512
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-165.414	83.622
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-165.414	83.622
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,0398	0,0236

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
4.01	Lucro Líquido do Período	-165.414	83.622
4.03	Resultado Abrangente do Período	-165.414	83.622

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	136.667	101.828
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	162.217	126.387
6.01.01.01	(Prejuízo) lucro líquido do exercício	-165.414	83.622
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	179.594	30.612
6.01.01.03	Provisão para perdas esperadas	67	333
6.01.01.09	Receita com aplicações financeiras vinculadas	-1.459	-4.070
6.01.01.10	Juros e variações monetárias líquidas sobre mútuos e debêntures privadas	35.175	0
6.01.01.12	Juros e variações monetárias sobre debêntures	89.052	7.596
6.01.01.14	Despesas / (receitas) Financeiras dos Ajustes a Valor Presente	3.875	2.366
6.01.01.15	Constituição de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	2.618	1.134
6.01.01.16	Atualização monetária de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	25	188
6.01.01.17	Constituição de provisão para manutenção	18.684	4.606
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-25.550	-24.559
6.01.02.01	Contas a receber	-9.188	-7.461
6.01.02.02	Contas a receber - partes relacionadas	2.276	373
6.01.02.04	Despesas antecipadas	1.190	306
6.01.02.05	Impostos a recuperar	-793	598
6.01.02.06	Outros créditos	-23	-97
6.01.02.07	Depósitos judiciais	95	-121
6.01.02.08	Outras contas a receber	3.644	3.747
6.01.02.09	Fornecedores	16.727	-2.348
6.01.02.10	Fornecedores - partes relacionadas	-3.066	-3.114
6.01.02.11	Cauções contratuais de fornecedores	119	399
6.01.02.12	Obrigações sociais	1.709	-524
6.01.02.13	Obrigações fiscais	2.402	17.753
6.01.02.14	Imposto de renda e contribuição social pagos	0	-27.635
6.01.02.15	Taxa de Fiscalização	62	59
6.01.02.16	Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	-2.167	-1.003
6.01.02.17	Utilização de provisão de manutenção	-16.071	-6.944
6.01.02.18	Custo de transação - empréstimo	1.937	1.940
6.01.02.20	Outras contas a pagar	-24.403	-487
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-103.950	-364.757
6.02.01	Aquisições de itens do ativo imobilizado	-69	-91
6.02.02	Aquisições de itens do intangível	-70.259	-270.323
6.02.03	Aplicação financeira vinculada	-30.010	-44.179
6.02.04	Valor resgatado das aplicações vinculadas	0	10.451
6.02.10	Aplicação Financeira	-3.612	-60.615
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	85.775	323.912
6.03.03	Pagamento arrendamento mercantil	-4.225	-3.088
6.03.20	Aumento/devolução de capital social	90.000	327.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	118.492	60.983
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	25.700	27.377

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	144.192	88.360

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.695.168	0	0	-1.212.733	0	2.482.435
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.695.168	0	0	-1.212.733	0	2.482.435
5.04	Transações de Capital com os Sócios	90.000	0	0	0	0	90.000
5.04.01	Aumentos de Capital	90.000	0	0	0	0	90.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-165.414	0	-165.414
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-165.414	0	-165.414
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	3.785.168	0	0	-1.378.147	0	2.407.021

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.144.168	0	0	-556.756	0	2.587.412
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.144.168	0	0	-556.756	0	2.587.412
5.04	Transações de Capital com os Sócios	327.000	0	0	0	0	327.000
5.04.01	Aumentos de Capital	327.000	0	0	0	0	327.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	83.622	0	83.622
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	83.622	0	83.622
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	3.471.168	0	0	-473.134	0	2.998.034

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2025 à 31/03/2025	01/01/2024 à 31/03/2024
7.01	Receitas	270.954	539.500
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	222.112	202.182
7.01.02	Outras Receitas	48.842	337.318
7.01.02.01	Receita dos Serviços de Construção	44.466	236.261
7.01.02.02	Outras receitas	1.775	1.808
7.01.02.03	Juros Capitalizados	2.601	99.249
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-91.431	-265.117
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-11.788	-11.836
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-6.417	-5.170
7.02.04	Outros	-73.226	-248.111
7.02.04.01	Custos dos Serviços de Construção	-44.466	-236.261
7.02.04.02	Custos da Concessão	-6.081	-5.099
7.02.04.03	Custos de Provisão de Manutenção em Rodovias	-18.684	-4.606
7.02.04.04	Outros	-3.995	-2.145
7.03	Valor Adicionado Bruto	179.523	274.383
7.04	Retenções	-179.594	-30.612
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-179.594	-30.612
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-71	243.771
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.858	1.865
7.06.02	Receitas Financeiras	3.859	1.865
7.06.03	Outros	-1	0
7.06.03.04	Outros	-1	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.787	245.636
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.787	245.636
7.08.01	Pessoal	15.480	12.882
7.08.01.01	Remuneração Direta	12.061	9.928
7.08.01.02	Benefícios	2.739	2.420
7.08.01.03	F.G.T.S.	680	534
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	19.448	37.317
7.08.02.01	Federais	8.285	27.170
7.08.02.02	Estaduais	16	20
7.08.02.03	Municipais	11.147	10.127
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	134.273	81.849
7.08.03.01	Juros	89.052	7.596
7.08.03.02	Aluguéis	137	57
7.08.03.03	Outras	45.084	74.196
7.08.03.03.02	Juros Capitalizados Debêntures	0	69.283
7.08.03.03.04	Outras	7.308	4.913
7.08.03.03.05	Juros - Debêntures Privadas	35.175	0
7.08.03.03.06	Juros Capitalizados sobre Debêntures Privadas	2.601	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-165.414	83.622
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-165.414	83.622
7.08.05	Outros	0	29.966
7.08.05.02	Juros Capitalizados sobre Debêntures Privadas	0	29.966

Comentário do Desempenho



Release de Resultados 1T25

Comentário do Desempenho



São José dos Pinhais, 15 de maio de 2025 – Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Autopista Litoral Sul S.A. ("Companhia" ou "Litoral Sul") apresenta aos seus investidores e ao mercado o Release de Resultados referente ao primeiro trimestre de 2025 ("1T25").

As informações financeiras e operacionais a seguir, salvo indicação em contrário, estão em conformidade com a Legislação Societária e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e dados não constantes no balanço patrimonial, demonstração de resultados e notas explicativas das demonstrações contábeis não foram objeto de revisão pelos auditores independentes.

Nos termos da Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, revisou e aprovou, por unanimidade, as informações contidas no Relatório emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Ltda. ("Deloitte") sobre o presente Release de Resultados, bem como as respectivas Informações Trimestrais referentes ao período encerrado em 31 de março de 2025.

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS – 1T25

Tráfego Pedagiado

A Companhia apresentou crescimento de **3,5%** no tráfego no 1T25, com **42,7 milhões de veículos equivalentes**. O *mix* de veículos equivalentes foi de **63,3%** do tráfego representado por veículos pesados e **36,7%** por veículos de leves.

Receita de Pedágio

A receita de pedágio da Companhia totalizou **R\$ 222,1 milhões** no 1T25, com crescimento de **9,9%** quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

EBITDA Ajustado e Margem

O **EBITDA Ajustado** totalizou **R\$ 160,7 milhões**, acréscimo de **7,7%**, com uma margem de **78,7%**.

Contorno de Florianópolis

No dia 09 de agosto de 2024, a Litoral Sul realizou a cerimônia de entrega e oficializou a **finalização da obra do Contorno de Florianópolis**, a principal obra viária do Brasil e da América Latina nos últimos anos. Com **50 km de pista dupla, 8 túneis, 6 trevos e 44 Obras de Arte Especiais**, a obra promove o **desenvolvimento econômico, social e sustentável, além do aumento da segurança** da região metropolitana de Florianópolis (SC).

DESEMPENHO OPERACIONAL

TRÁFEGO PEDAGIADO

Veículos Equivalentes (Mil)	1T25	1T24	Δ%
Total	42.691	41.250	3,5%
Leves	15.674	15.541	0,9%
Pesados	27.018	25.709	5,1%

A Litoral Sul registrou 42,7 milhões de veículos equivalentes no 1T25, aumento de 3,5% em comparação ao mesmo período no ano anterior. O *mix* de veículos foi de 63,3% para os pesados e 36,7% para os leves.

O tráfego de veículos leves foi impulsionado por feriados prolongados e volta das festas de fim de ano. Nos pesados, a cobrança de eixos suspensos, desde maio de 2024, se destaca.

TARIFA MÉDIA

Tarifa Média (R\$/Veic. Equiv.)	1T25	1T24	Δ%
Tarifa Média	5,20	4,90	6,1%

A tarifa média no 1T25 foi de R\$ 5,20, um aumento de 6,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. A variação reflete os reajustes tarifários aplicados no período, conforme previsto nos contratos de concessão.

O reajuste tarifário anual da Companhia tem como data-base o mês de fevereiro, considerando a aplicação do IPCA acumulado no período, conforme estipulado no contrato de concessão.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

RECEITA OPERACIONAL

R\$ mil	1T25	1T24	Δ%
Receita Bruta	267.989	439.945	(39,1%)
Receitas de pedágio	222.112	202.182	9,9%
Receitas de construção	44.466	236.261	(81,2%)
Outras Receitas	1.411	1.502	(6,1%)
Deduções	(19.433)	(17.632)	10,2%
Receita Operacional Líquida	248.556	422.313	(41,1%)
Receita Operacional Líquida Ajustada¹	204.090	186.052	9,7%

Comentário do Desempenho

1: Excluindo a Receita de Construção

Receita de Pedágio

A receita bruta de pedágio, no 1T25, totalizou R\$ 222,1 milhões, representando um crescimento de 9,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. O desempenho reflete, principalmente, o impacto dos reajustes tarifários previstos em contrato e a variação do tráfego nas rodovias administradas pela Companhia.

Receitas de Construção

As receitas de construção da Companhia totalizaram R\$ 44,5 milhões no 1T25, uma redução de 81,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. Essa linha representa apenas um ajuste contábil, sem impacto no caixa da Companhia.

Outras Receitas

As receitas acessórias registraram R\$ 1,4 milhão no 1T25, movimento em linha com o 1T24, onde foi registrado um saldo de R\$ 1,5 milhão.

CUSTOS E DESPESAS

R\$ mil	1T25	1T24	Δ%
Custos e Despesas Operacionais (Caixa)	(43.418)	(36.829)	17,9%
Pessoal	(15.479)	(12.886)	20,1%
Conservação	(3.974)	(4.780)	(16,9%)
Serviços de terceiros	(8.562)	(7.674)	11,6%
Seguros e garantias	(1.508)	(1.018)	48,1%
Verba de fiscalização	(4.156)	(3.977)	4,5%
Riscos Cíveis, Trabalhistas e Fiscal	(2.618)	(1.134)	130,9%
Outros	(7.121)	(5.360)	32,9%
Custos e Despesas Operacionais (Não Caixa)	(242.744)	(271.479)	(10,6%)
Prov. para redução ao valor recuperável	-	-	-
Custo dos serviços de construção	(44.466)	(236.261)	(81,2%)
Prov. p/ manutenção em rodovias	(18.684)	(4.606)	305,6%
Depreciação e amortização	(179.594)	(30.612)	486,7%
Custos e Despesas Operacionais	(286.162)	(308.308)	(7,2%)

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$ 286,2 milhões, no 1T25, redução de 7,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. Desconsiderando a provisão para redução ao valor recuperável, o custo dos serviços de construção, a provisão para manutenção e a depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R\$ 43,4 milhões, redução de 17,9% em comparação ao período anterior. A grande eficiência na redução dos custos e despesas se dá, principalmente, pela redução na linha de Custo dos serviços de construção, tendo em vista que a conclusão da obra do **Contorno de Florianópolis** ocorreu no dia **09/08/2024**.

Comentário do Desempenho

EBITDA E EBITDA AJUSTADO

R\$ mil	1T25	1T24	Δ%
Lucro (Prejuízo) Líquido	(165.415)	83.622	(297,8%)
(+) Depreciação e amortização	179.594	30.612	486,7%
(+) Resultado Financeiro	127.809	10.871	1075,7%
(+) IR e CSLL	-	19.512	(100,0%)
EBITDA¹	141.988	144.617	(1,8%)
<i>Margem EBITDA²</i>	<i>69,6%</i>	<i>77,7%</i>	<i>(8,2 p.p.)</i>
(+) Prov. para manutenção de rodovias	18.684	4.606	305,6%
(+) Prov. para redução ao valor recuperável	-	-	-
EBITDA Ajustado³	160.672	149.223	7,7%
<i>Margem EBITDA Ajustada²</i>	<i>78,7%</i>	<i>80,2%</i>	<i>(1,5 p.p.)</i>

1: EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é a medida utilizada nas práticas contábeis e não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras Companhias.

2: A Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustada consideram a Receita Operacional Líquida excluindo as Receitas de Obras.

3: Considera os ajustes relativos a reversões da provisão para manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01) bem como a provisão para redução ao valor recuperável dos ativos.

O EBITDA da Companhia, no 1T25, apresentou um valor de R\$ 142,0 milhões, com variação negativa de 1,8% comparado ao 1T24.

O EBITDA Ajustado, por sua vez, totalizou R\$ 160,7 milhões no 1T25, com crescimento de 7,7% e margem ajustada de 78,7%.

O crescimento do EBITDA Ajustado reflete a combinação de maior eficiência operacional, incremento de receitas e controle de custos ao longo do período.

DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

R\$ mil	1T25	1T24	Δ%
Depreciação e Amortização	179.594	30.612	486,7%

A conta de depreciação e amortização da Companhia apresentou R\$ 179,6 milhões no 1T25, um aumento de 486,7% em relação ao mesmo período no ano anterior, devido à inauguração, no dia 09 de agosto, do Contorno de Florianópolis pela Companhia.

Comentário do Desempenho

RESULTADO FINANCEIRO

R\$ mil	1T25	1T25	Δ%
Resultado Financeiro	(127.809)	(10.871)	1075,7%
Receitas financeiras	3.859	1.865	106,9%
Despesas financeiras	(131.667)	(12.736)	933,8%
Variação cambial, líq.	(1)	-	-

O resultado financeiro contabilizado pela Litoral Sul foi de uma despesa financeira de R\$ 127,8 milhões no 1T25, um aumento de 1075,7% em relação ao mesmo período no ano anterior.

IR e CSLL

R\$ mil	1T25	1T24	Δ%
IR e CSLL	-	(19.512)	-
Corrente	-	(19.512)	-
Diferido	-	-	-

No 1T25, a Companhia não contabilizou saldo de Imposto de Renda e Contribuição Social.

RESULTADO LÍQUIDO

R\$ mil	1T25	1T24	Δ%
Resultado Líquido	(165.415)	83.622	(297,8%)

O Resultado Líquido registrado pela Companhia, no 1T25, foi de um prejuízo de R\$ 165,4 milhões, diminuição de 297,8% comparado ao mesmo período no ano anterior. Esse resultado negativo, se dá, principalmente, pelo reconhecimento de Depreciação e Amortização da Companhia, impulsionado pela finalização da obra do Contorno de Florianópolis, ou seja, métrica contábil e sem impacto no caixa da Companhia.

Comentário do Desempenho

ENDIVIDAMENTO

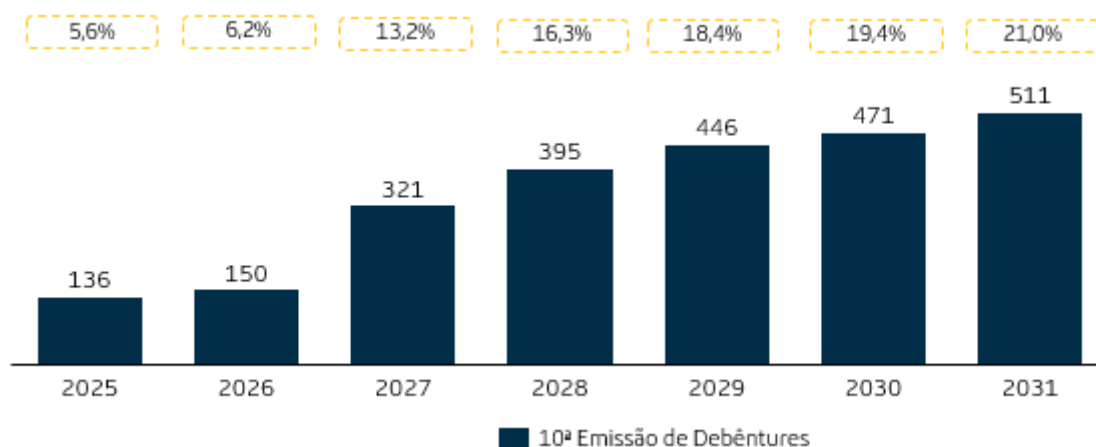
R\$ mil	1T25	4T24	Δ%
Dívida Bruta	2.377.316	2.286.327	4,0%
Curto Prazo	131.491	89.524	46,9%
Longo Prazo	2.245.825	2.196.803	2,2%
Posição de Caixa	222.670	69.928	218,4%
Caixa e equivalentes de caixa	152.168	30.064	406,1%
Aplicações financeiras vinculadas ¹	70.502	39.864	76,9%
Dívida Líquida	2.154.646	2.216.399	(2,8%)

1: Curto e Longo Prazo

No 1T25, a dívida bruta da Litoral Sul totalizou R\$ 2.377,3 milhões, variação de 4,0% em relação ao valor registrado no 4T24.

A dívida líquida da Companhia finalizou o 1T25 em um montante de R\$ 2.154,6 milhões, uma diminuição de 2,8% em relação ao trimestre anterior.

Aging da Dívida – março de 2025



No 1T25, 100% da dívida da Companhia estava atrelada à 10ª Emissão de Debêntures, realizada em 2021.

Comentário do Desempenho



INVESTIMENTOS REALIZADOS

R\$ Mil	1T25	1T24	Δ%
Investimentos	88.594	270.414	(67,2%)

No 1T25, a Companhia investiu R\$ 88,6 milhões, redução de 67,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. A redução reflete a entrega, no 3T24, da obra do Contorno de Florianópolis.

PREVISÃO DE INVESTIMENTOS FUTUROS

R\$ Mil	2025 a 2033
Melhorias na Infraestrutura	394.102
Recuperações/Manutenções	681.845
Total	1.075.947

*Base Monetária: março/2025

CONSIDERAÇÕES FINAIS

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à determinação da Instrução CVM n.º 162/22, a Companhia informa que, no período encerrado em 31 de março de 2025, não contratou a Deloitte Touche Tohmatsu Ltda. para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. No relacionamento com o Auditor Independente, a Companhia busca avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover os interesses da Companhia.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

A Diretoria da Autopista Litoral Sul S.A. declara, nos termos da Instrução CVM nº 80, datada de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no relatório do auditor da Deloitte Touche Tohmatsu Ltda.; e (ii) com as demonstrações contábeis relativas ao período findo em 31 de março de 2025.

São José dos Pinhais, 15 de maio de 2025.

Diretoria

Álisson de Almeida Freire
Diretor Presidente

Antônio César Ribas Sass
Diretor Superintendente

Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Giane Luza Zimmer de Freitas
Diretora de Assuntos Regulatórios

Luiz Cesar Lindgren Costa
Diretor de Engenharia

Conselho de Administração

Sergio Moniz Barretto Garcia
Conselheiro

Flavia Lucia Mattioli Tâmega
Conselheiro

Roberto Paolini
Conselheiro

Comentário do Desempenho

ANEXO I – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

R\$ Mil	1T25	1T24	Δ%
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	267.989	439.945	(39,1%)
Receitas de pedágio	222.112	202.182	9,9%
Receitas de obras	44.466	236.261	(81,2%)
Outras Receitas	1.411	1.502	(6,1%)
DEDUÇÕES DA RECEITA	(19.433)	(17.632)	10,2%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	248.556	422.313	(41,1%)
CUSTOS E DESPESAS	(106.568)	(277.696)	(61,6%)
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(32.639)	(30.098)	8,4%
Custo dos serv. de construção	(44.466)	(236.261)	(81,2%)
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(11.144)	(7.037)	58,4%
Provisão para manutenção em rodovias	(18.684)	(4.606)	305,6%
Outras receitas operacionais, líquidas	365	306	19,3%
EBITDA	141.988	144.617	(1,8%)
Margem EBITDA	69,6%	77,7%	(8,2 p.p.)
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(179.594)	(30.612)	486,7%
RESULTADO FINANCEIRO	(127.809)	(10.871)	1075,7%
Receitas financeiras	3.859	1.865	106,9%
Despesas financeiras	(131.667)	(12.736)	933,8%
Variação cambial, líq.	(1)	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	(165.415)	103.134	(260,4%)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	(19.512)	(100,0%)
Corrente	-	(19.512)	(100,0%)
Diferido	-	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	(165.415)	83.622	(297,8%)

Comentário do Desempenho



ANEXO II – BALANÇO PATRIMONIAL

R\$ Mil	1T25	4T24	Δ%
ATIVO	6.353.010	6.327.395	0,4%
CIRCULANTE	314.275	157.435	99,6%
Caixa e equivalentes de caixa	144.192	25.700	461,1%
Aplicações Financeiras	7.976	4.364	82,8%
Contas a receber	47.894	42.114	13,7%
Contas a receber - partes relacionadas	940	3.216	(70,8%)
Despesas antecipadas	3.049	4.117	(25,9%)
Impostos a recuperar	38.994	4.199	828,6%
Antecipação de IR e CS sobre lucros	-	33.171	(100,0%)
Adiantamentos a Fornecedores	147	132	11,4%
Aplicações financeiras vinculadas	70.502	39.864	76,9%
Outros créditos	581	558	4,1%
NÃO CIRCULANTE	6.038.735	6.169.960	(2,1%)
Adiantamento a fornecedor	20.538	20.538	0,0%
Despesas antecipadas	2.142	2.264	(5,4%)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	348.954	348.954	0,0%
Depósitos judiciais	61.158	61.253	(0,2%)
Outras contas a receber	3.449	3.752	(8,1%)
Direito de uso (IFRS 16)	9.864	15.334	(35,7%)
Imobilizado	11.519	12.067	(4,5%)
Intangível	5.581.111	5.705.798	(2,2%)
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.353.010	6.327.395	0,4%
CIRCULANTE	372.183	359.737	3,5%
Debêntures	131.491	89.524	46,9%
Fornecedores	40.006	44.846	(10,8%)
Arrendamento mercantil a pagar (IFRS16)	8.268	13.724	(39,8%)
Obrigações sociais	16.142	14.433	11,8%
Obrigações fiscais	8.776	7.917	10,9%
Contar a pagar - partes relacionadas	6.795	11.034	(38,4%)
Cauções contratuais	41.525	40.791	1,8%
Taxa de fiscalização	1.426	1.364	4,5%
Provisão para manutenção em rodovias	72.646	69.586	4,4%
Provisão para investimentos em rodovias	10.057	7.064	42,4%
Juros Sobre o Capital Próprio (JSCP)	31.711	31.711	0,0%
Outras contas a pagar	3.340	27.743	(88,0%)
NÃO CIRCULANTE	3.573.806	3.485.223	2,5%
Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	1.117.675	1.085.565	3,0%
Debêntures	2.245.825	2.196.803	2,2%
Arrendamento mercantil a pagar (IFRS16)	2.722	2.885	(5,6%)
Obrigações fiscais	80.688	75.021	7,6%
Provisão para manutenção em rodovias	77.778	75.459	3,1%
Provisão para investimentos em rodovias	31.248	32.096	(2,6%)
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	17.870	17.394	2,7%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.407.021	2.482.435	(3,0%)
Capital social	3.785.168	3.695.168	2,4%
Reserva legal	(1.212.733)	(556.756)	117,8%
Reserva de lucros	(165.414)	(655.977)	(74,8%)

Comentário do Desempenho



Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

Informações contábeis intermediárias
referentes ao período findo em 31 de
março de 2025 e relatório do auditor
independente

Notas Explicativas

AUTOPISTA LITORAL SUL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Litoral Sul S.A. (“Sociedade” ou “Litoral Sul”) é uma sociedade por ações de capital aberto com registro de categoria “B” na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), domiciliada no município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, Brasil, situada na Rua Francisco Muñoz Madrid, 625, complemento Bloco 4 Módulos 402.2 e 403, bairro Roseira De São Sebastião. Constituída em 19 de dezembro de 2007, sua controladora e *holding* é a Arteris S.A.

A Sociedade tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116/BR-376/PR e BR-101/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e Florianópolis, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 07, em conformidade com o Edital de Licitação nº 003/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

Em 09 de agosto de 2024, a Sociedade inaugurou o Contorno Viário de Florianópolis, que compreende um corredor expresso de 50 km de pistas duplas, 6 acessos por trevos, 4 túneis duplos, 7 pontes e mais 20 passagens em desnível.

A Arteris S.A. (“Controladora”) é constituída por um *mix* de capital nacional e estrangeiro, sendo os seus acionistas diretos a (i) *holding* não financeira espanhola Participes en Brasil I, (ii) a Brookfield Aylesbury LLC e (iii) a *holding* brasileira PDC Participações S.A.. Os acionistas indiretos relevantes da Arteris S.A. são (i) o fundo Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, controlada indireta da canadense Brookfield Asset Management Inc., e (ii) a espanhola Abertis Infraestructuras S.A., cujo controle é detido pela italiana Mundys S.p.A., pela espanhola Actividades de Construcción y Servicios - ACS S.A. e pela alemã Hochtief AG.

2. CONCESSÃO

Teste de recuperabilidade de ativos (*Impairment*)

A Sociedade testa anualmente seus ativos para *impairment* ou quando há indicação de que seu valor contábil pode não ser recuperável.

Com o aumento dos custos na construção civil, o crescimento econômico do país não vem acompanhando nas mesmas proporções, gerando uma situação de desequilíbrio.

Como consequência, uma vez que a Sociedade segue mantendo seus compromissos de atendimento às obrigações contratuais e de serviços aos usuários, a pressão sobre os fluxos de caixa futuros indicou a necessidade de registro do complemento da provisão para desvalorização de ativos. Essa provisão no montante de R\$635.380 (efeito não caixa) foi reconhecida no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, registrada no resultado da Sociedade sob a rubrica “Provisão para Redução ao Valor Recuperável” em contrapartida ao saldo do ativo intangível, conforme nota explicativa nº 12.

Para o período findo em 31 de março de 2025, a Sociedade avaliou e concluiu que não houve necessidade de complemento da provisão já reconhecida. A Sociedade realizará novo teste de *impairment* até o encerramento do exercício de 2025, ou caso ocorra algum indicativo de desvalorização de seus ativos.

Termos de Ajustes de Conduta – TAC com ANTT

A Sociedade está em negociações com a ANTT, para firmar um Termo de Ajuste de Conduta - “TAC”, a fim de sanar processos administrativos sancionatórios de possíveis não conformidades, mediante proposta de execução de obras não previstas no contrato de concessão. Mas, segue apresentando suas justificativas e defesas administrativas em procedimentos de não conformidades que estão em andamento até que o TAC seja assinado. Até a data da presente divulgação dessas informações financeiras intermediárias não houve formalização de nenhum termo entre as partes.

A Sociedade avaliou os aspectos contábeis relacionados a este fato e entendeu que não há impacto a ser refletido nas informações contábeis intermediárias do período findo em 31 de março de 2025. De acordo com o andamento do processo, a Sociedade não espera que ajustes materiais possam ser reconhecidos nas informações contábeis intermediárias ou anuais futuras.

Repactuação

Notas Explicativas

A Portaria nº 848 de 25 de agosto de 2023 do Ministério dos Transportes estabelece a política pública e os procedimentos relativos à readaptação e otimização dos contratos de concessão, no que se refere à exploração da infraestrutura de transporte rodoviário federal. A Sociedade mantém negociações junto aos órgãos governamentais de modo a viabilizar a otimização do contrato de concessão da Sociedade. Em 29 de dezembro de 2023, a Sociedade protocolou pedido de otimização junto à ANTT, ao qual foi aceito e seguem os trâmites previstos.

Em 31 de março de 2025, não há nenhum andamento no processo que indique a necessidade de ajustes materiais nas informações contábeis intermediárias.

No período compreendido entre 1 de janeiro de 2025 a 31 de março de 2025 (“trimestre” ou “período”) não ocorreram mudanças em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

3. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Base de preparação

As informações contábeis intermediárias foram preparadas e estão apresentadas de acordo com os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (última demonstração contábil anual). As informações contábeis intermediárias não incluem todas as informações requeridas para um conjunto completo de demonstrações contábeis preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). Contudo, as informações contábeis intermediárias contêm notas explicativas que explicam os eventos e transações significativas, que permitem o entendimento das mudanças ocorridas na posição financeira e desempenho da Sociedade desde a sua última demonstração contábil anual.

Todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das informações contábeis intermediárias foi aprovada pela Diretoria em 12 de maio de 2025.

Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas informações contábeis intermediárias, a Sociedade utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Os julgamentos significativos realizados pela Sociedade durante a aplicação das políticas contábeis e as informações sobre as incertezas relacionadas as premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material são as mesmas das divulgadas na última demonstração contábil anual.

4. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas informações contábeis intermediárias, são as mesmas que as aplicadas na última demonstração contábil anual e devem ser lidas em conjunto. Ademais, não houve emissão ou revogações das principais práticas contábeis e normas relacionadas. A Sociedade aplicou as políticas contábeis de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas informações contábeis, salvo indicação ao contrário.

4.1) Novas normas e interpretações

a) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025:

- OCPC 10 - Créditos de carbono

A Sociedade, após avaliação do conteúdo das novas normas e interpretações alteradas com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, concluiu não ter impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

b) Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor:

- IFRS 18 - Apresentação das demonstrações contábeis
- CPC 02 - Efeitos das alterações nas taxas de câmbio
- IFRS 19 - Subsidiárias sem responsabilidade pública

Com exceção ao IFRS 18 o qual a Administração da Sociedade espera que aplicação tenha impacto na apresentação das demonstrações financeiras, a Administração da Sociedade avaliou os demais e concluiu que estes não trazem impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

Notas Explicativas

5. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Estão representados por:

<u>Caixa e equivalentes de caixa</u>	31.03.2025	31.12.2024
Caixa e contas bancárias	5.536	9.041
Aplicações financeiras (a)	138.656	16.659
Total	144.192	25.700
<u>Aplicações financeiras</u>	31.03.2025	31.12.2024
Fundos de investimentos (b)	7.976	4.364
Total	7.976	4.364

- a) Os recursos aplicados por meio de fundos de investimentos CDB, LFT e LF possuem liquidez imediata, estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e possuem remuneração equivalente, na média de 102,07% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (99,74% a.a. em 31 de dezembro de 2024). Todos os recursos aplicados são mantidos com a finalidade de atender as necessidades de liquidez da Sociedade.
- b) As aplicações financeiras em fundos de investimentos correspondem a títulos lastreados em NTN-Over e LFT-Over, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

6. CONTAS A RECEBER E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	31.03.2025		31.12.2024	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Pedágio eletrônico a receber	47.520	-	41.401	-
Cupons de pedágio a receber (a)	-	-	366	-
Cartões de pedágio a receber (b)	161	-	260	-
Receitas acessórias a receber (c)	1.464	3.341	1.271	3.645
Outras receitas a receber	5	108	5	107
Provisão para perdas esperadas (d)	(1.256)	-	(1.189)	-
Total	47.894	3.449	42.114	3.752

- (a) Valores a receber sobre receitas de pedágio referente a passagens pagas por meio de cupons vale-pedágio.
- (b) Valores a receber sobre receitas de pedágio referente a passagens pagas por meio de cartões de crédito e vale-pedágio.
- (c) Valores a receber sobre receitas acessórias referente ao uso da faixa de domínio, sendo os de maior relevância, para passagem de fibra óptica, oleodutos e gasodutos.
- (d) Refere-se a perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa com contratos de permissão de uso da faixa de domínio, quais estão em processo de cobrança junto ao cliente.

Cronograma de recebimento:

	31.03.2025		31.12.2024	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Créditos a vencer	47.338	3.449	41.694	3.752
Créditos vencidos até 60 dias	419	-	77	-
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	3	-	67	-
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	134	-	276	-
Créditos vencidos há mais de 180 dias	1.256	-	1.189	-
	49.150	3.449	43.303	3.752

A Sociedade avalia o risco de inadimplência do contas a receber com base em: (i) experiência histórica de perdas por clientes e segmento; (ii) avalia a situação do crédito do cliente (atual ou vencido); e (iii) avalia individualmente item (i) e (ii) para a avaliação de redução ao valor recuperável para fins de constituição de provisão de perda. O prazo médio de vencimento é de 30 dias, exceto pelas receitas acessórias que apresentam um período maior de recebimento conforme negociação de cada contrato referente ao uso da faixa de domínio da concessionária.

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

Estão representados por:

Notas Explicativas

	31.03.2025	31.12.2024
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF (a)	675	650
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	3	-
IRPJ e CSLL sobre saldos negativos (b)	37.199	2.442
	37.877	3.092
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	217	223
Outros	896	884
	1.113	1.107
Total geral	38.990	4.199
Total do circulante	38.994	4.199
	38.994	4.199
Antecipação de IRPJ e CSLL sobre o lucro (c)	-	33.171

- (a) Imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, que poderá ser compensado nos exercícios subsequentes.
(b) Saldo negativo referente anos calendários anteriores.
(c) Antecipação de imposto de renda e contribuição social que poderá ser compensado nos próximos 12 meses.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do imposto de renda e a contribuição social

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024 é como segue:

	31.03.2025	31.03.2024
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(165.414)	103.134
Alíquota vigente combinada	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	56.241	(35.066)
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Outras diferenças permanentes	(142)	269
IR e CS não constituídos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias (*)	(56.099)	15.285
Total	-	(19.512)
<u>Despesas de imposto de renda e contribuição social:</u>		
Correntes	-	(19.512)
Diferido	-	-
	-	(19.512)
Alíquota efetiva de impostos	0%	(19%)

(*) Resultado contábil composto por despesas/receitas não tributáveis vide tabela item b)

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Saldos patrimoniais estão representados por:

<u>Não circulante</u>	Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	
	31.03.2025	31.12.2024
<u>Diferenças temporárias ativas</u>		
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	462.438	266.562
Provisão de participação nos lucros	5.936	4.824
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (b)	17.870	17.394
Outras provisões	1.528	1.406
Provisão para manutenção de rodovias	150.424	145.045
Amortização acumulada de obras futuras	6.629	6.054
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	9.473	8.755
Arrendamentos	1.500	1.649
Valor Recuperável de Intangível - Impairment	1.290.463	1.331.214
Provisão para perdas esperadas	1.256	1.189
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	1.947.517	1.784.092
Alíquota nominal	34%	34%
Total	662.156	606.591

Notas Explicativas

Diferenças temporárias passivas

Diferenças de intangível e imobilizado líquidas (c)	(114.283)	(114.283)
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	64.306	62.734
Estorno de capitalização de juros	108	108
Amortização estorno de capitalização de juros	(49)	(48)
Base de cálculo diferenças temporárias passivas	(49.918)	(51.489)
Alíquota nominal	34%	34%
Total	(16.972)	(17.506)
Total do imposto de renda e contribuição social	645.184	589.085
Impostos diferidos não constituídos	296.230	240.131
Total do imposto de renda e contribuição social constituído	348.954	348.954

(a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, cuja possibilidade de compensação dos créditos tributários está suportada por projeções de resultados tributáveis futuros. A sua realização está atrelada a maturidade e plano de negócio da Sociedade, que prevê um ciclo longo para a realização dos prejuízos fiscais dos impostos de renda e bases negativas da contribuição social, uma vez que a sua realização é previsível até o final da concessão.

(b) Refere-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções.

(c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referentes às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei nº 12.973/14. Dessa forma, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

Movimentos de resultados representados por:

	31.03.2025	31.03.2024
Prejuízo fiscal e base negativa	195.876	(24.942)
Provisão de participação nos lucros	1.112	(194)
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	476	319
Outras provisões	122	(261)
Provisão para manutenção de rodovias	5.379	(409)
Amortização acumulada de obras futuras	575	449
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	718	39
Arrendamentos	(149)	(295)
Valor Recuperável de Intangível - <i>Impairment</i>	(40.751)	(21.301)
Provisão para perdas esperadas	67	66
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	1.572	1.573
Amortização estorno de capitalização de juros	(1)	(1)
Base de cálculo diferenças temporárias	164.996	(44.957)
Alíquota nominal	34%	34%
Total	56.099	(15.285)
Impostos diferidos não constituídos	56.099	(15.285)
Total do imposto de renda e contribuição social	-	-

Os estudos técnicos de viabilidade da Sociedade, apresentam expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitam a realização do ativo fiscal diferido até o limite de sua recuperabilidade.

O prazo para a realização do imposto diferido reconhecido é previsível até o final da concessão.

9. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas no ativo circulante para cumprir obrigações contratuais referentes a debêntures. A seguir breve descrição dessas obrigações:

Debêntures

A Sociedade deve depositar em conta de pagamento de instituição financeira 50% da arrecadação das praças de pedágio, até que a retenção no período entre os 15 dias de cada mês seja equivalente a 1/6 da próxima parcela vincenda de juros remuneratórios e amortização. Esses recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida (amortização do principal mais pagamentos de juros) e manutenção do mínimo obrigatório da conta de reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de debêntures.

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2025, o saldo é de R\$70.502 (R\$39.864 em 31 de dezembro de 2024), aplicados em títulos públicos federais e títulos privados de emissão da instituição financeira, e essas aplicações foram remuneradas em média a 102,44% a.a. (104,24% a.a. em 31 de dezembro de 2024) da variação do CDI.

Notas Explicativas

10. DIREITO DE USO

A movimentação de saldos do ativo direito de uso é evidenciada no quadro abaixo, conforme a classe de cada ativo:

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Total
Custo direito de uso							
Saldo em 31.12.2024	19.885	4.446	2.671	33.982	57	3.224	64.265
Remensurações	-	428	-	(101)	-	-	327
Saldo em 31.03.2025	19.885	4.874	2.671	33.881	57	3.224	64.592
Amortização acumulada							
Saldo em 31.12.2024	(16.257)	(4.016)	(688)	(26.948)	(37)	(985)	(48.931)
Amortização	(1.083)	(642)	(108)	(3.886)	(11)	(67)	(5.797)
Saldo em 31.03.2025	(17.340)	(4.658)	(796)	(30.834)	(48)	(1.052)	(54.728)
Direito de uso líquido							
Saldo em 31.12.2024	3.628	430	1.983	7.034	20	2.239	15.334
Saldo em 31.03.2025	2.545	216	1.875	3.047	9	2.172	9.864
Taxas de amortização - a.a.	22%	50%	16%	46%	50%	8%	

Notas Explicativas

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Total
Custo direito de uso							
Saldo em 31.12.2023	19.885	2.652	1.270	17.957	23	3.224	45.011
Remensurações	-	-	74	121	-	-	195
Saldo em 31.03.2024	19.885	2.652	1.344	18.078	23	3.224	45.206
Amortização acumulada							
Saldo em 31.12.2023	(11.919)	(2.020)	(418)	(14.166)	(17)	(719)	(29.259)
Amortização	(1.084)	(375)	(36)	(2.370)	(4)	(67)	(3.936)
Saldo em 31.03.2024	(13.003)	(2.395)	(454)	(16.536)	(21)	(786)	(33.195)
Direito de uso líquido							
Saldo em 31.12.2023	7.966	632	852	3.791	6	2.505	15.752
Saldo em 31.03.2024	6.882	257	890	1.542	2	2.438	12.011
Taxas de amortização - a.a.	22%	50%	11%	52%	50%	8%	

- (a) Refere-se a locação de guinchos para operação na rodovia.
(b) Refere-se a locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar.
(c) Refere-se a locação de veículos administrativos.
(d) Refere-se a locação de veículos para inspeção de tráfego e outras atividades operacionais relacionadas a conservação de rodovias.
(e) Refere-se a locação de computadores e impressoras.
(f) Refere-se a locação de sedes administrativas e terrenos.

Notas Explicativas

11. IMOBILIZADO EM OPERAÇÃO

A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Total
<u>Custo do imobilizado</u>							
Saldo em 31.12.2024	10.795	7.667	2.297	451	3.172	329	24.711
Adições	-	4	-	65	-	-	69
Saldo em 31.03.2025	10.795	7.671	2.297	516	3.172	329	24.780
<u>Depreciação acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2024	(3.554)	(4.970)	(1.351)	(412)	(2.116)	(241)	(12.644)
Depreciação	(248)	(253)	(58)	(5)	(53)	-	(617)
Saldo em 31.03.2025	(3.802)	(5.223)	(1.409)	(417)	(2.169)	(241)	(13.261)
<u>Imobilizado líquido</u>							
Saldo em 31.12.2024	7.241	2.697	946	39	1.056	88	12.067
Saldo em 31.03.2025	6.993	2.448	888	99	1.003	88	11.519
Taxas de depreciação - a.a.	10%	18%	15%	12%	10%	10%	

Notas Explicativas

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Total
<u>Custo do imobilizado</u>							
Saldo em 31.12.2023	10.768	6.848	2.259	405	3.128	329	23.737
Adições	7	39	-	-	45	-	91
Saldo em 31.03.2024	10.775	6.887	2.259	405	3.173	329	23.828
<u>Depreciação acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2023	(2.557)	(3.906)	(1.120)	(396)	(1.905)	(241)	(10.125)
Depreciação	(250)	(276)	(57)	(5)	(55)	-	(643)
Saldo em 31.03.2024	(2.807)	(4.182)	(1.177)	(401)	(1.960)	(241)	(10.768)
<u>Imobilizado líquido</u>							
Saldo em 31.12.2023	8.211	2.942	1.139	9	1.223	88	13.612
Saldo em 31.03.2024	7.968	2.705	1.082	4	1.213	88	13.060
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	10%	10%	20%	

Notas Explicativas

12. INTANGÍVEL E INFRAESTRUTURA EM CONSTRUÇÃO

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Redução ao valor recuperável (b) (Impairment)	Software	Adiantamento fornecedores (c)	Total do intangível	Infraestrutura em construção (d)	Total
<u>Custo do intangível</u>							
Saldo em 31.12.2024	8.508.658	(1.422.812)	14.812	12.986	7.113.644	53.569	7.167.213
Adições	37.596	-	-	-	37.596	10.897	48.493
Transferências/reclassificações	10.421	-	-	-	10.421	(10.421)	-
Saldo em 31.03.2025	8.556.675	(1.422.812)	14.812	12.986	7.161.661	54.045	7.215.706
<u>Amortização acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2024	(1.541.954)	91.598	(11.059)	-	(1.461.415)	-	(1.461.415)
Amortização	(213.330)	-	(601)	-	(213.931)	-	(213.931)
Amortização da redução ao valor recuperável (e)	-	40.751	-	-	40.751	-	40.751
Saldo em 31.03.2025	(1.755.284)	132.349	(11.660)	-	(1.634.595)	-	(1.634.595)
<u>Intangível líquido</u>							
Saldo em 31.12.2024	6.966.704	(1.331.214)	3.753	12.986	5.652.229	53.569	5.705.798
Saldo em 31.03.2025	6.801.391	(1.290.463)	3.152	12.986	5.527.066	54.045	5.581.111
Taxas de amortização - a.a. (f)	6%	6%	41%				

Notas Explicativas

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Redução ao valor recuperável (b) (Impairment)	Software	Adiantamento fornecedores (c)	Total do intangível	Infraestrutura em construção (d)	Total
<u>Custo do intangível</u>							
Saldo em 31.12.2023	2.785.517	(787.432)	12.374	20.505	2.030.964	4.801.007	6.831.971
Adições	37.770	-	167	-	37.937	294.812	332.749
Transferências/reclassificações	2.473	-	-	(7.447)	(4.974)	4.974	-
Saldo em 31.03.2024	2.825.760	(787.432)	12.541	13.058	2.063.927	5.100.793	7.164.720
<u>Amortização acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2023	(1.076.057)	6.394	(9.189)	-	(1.078.852)	-	(1.078.852)
Amortização	(47.007)	-	(327)	-	(47.334)	-	(47.334)
Amortização da redução ao valor recuperável (e)	-	21.301	-	-	21.301	-	21.301
Saldo em 31.03.2024	(1.123.064)	27.695	(9.516)	-	(1.104.885)	-	(1.104.885)
<u>Intangível líquido</u>							
Saldo em 31.12.2023	1.709.460	(781.038)	3.185	20.505	952.112	4.801.007	5.753.119
Saldo em 31.03.2024	1.702.696	(759.737)	3.025	13.058	959.042	5.100.793	6.059.835
Taxas de amortização - a.a. (f)	6%	6%	20%				

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.
- (b) Refere-se a provisão da desvalorização de ativos (*impairment*).
- (c) Os adiantamentos referem-se majoritariamente as obras remanescentes do Contorno Viário de Florianópolis, qual foi liberado para tráfego em 09 de agosto de 2024.
- (d) Infraestruturas em construção, refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, conforme previstos no contrato de concessão, estes ativos possuem características de ativo de contratos e a política da Sociedade é divulgá-los em conjunto com os demais ativos intangíveis. Sendo como principais natureza duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros. O Contorno Viário de Florianópolis foi liberado para tráfego em 09 de agosto de 2024, transferindo respectivo andamento para operação, o que impactou a amortização em R\$154.278 no período findo em 31 de março de 2025.
- (e) Amortização da provisão para desvalorização de ativos (*impairment*), linearmente até o prazo da concessão.
- (f) Amortizado linearmente até o prazo da concessão, o qual não excede a vida útil dos bens individualizados.

Notas Explicativas

No período findo em 31 de março de 2025, a Sociedade complementou o montante de R\$2.601 (R\$99.249 em 31 de março de 2024) o valor das infraestruturas em construção tomando como base os custos de debêntures atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização, em relação ao principal das dívidas, em 2025 foi de 0,01% a.a. e em 2024 0,76% a.a., do total de juros provisionados no exercício.

Teste de recuperabilidade de ativos (*Impairment*)

A Sociedade efetuou teste de *impairment* durante o ano de 2024 de acordo com os requisitos do CPC 01.

Para isto, a Administração preparou projeções considerando o método do fluxo de caixa descontado, classificadas como UGCs em operação em 31 de dezembro de 2024 e concluiu pela necessidade de constituição de provisão para *impairment* dos ativos intangíveis.

A pressão sobre os fluxos de caixa futuros indicou a necessidade de registro de um complemento da provisão para redução ao valor recuperável, no valor de R\$635.380 em 31 de dezembro de 2024.

Para fins de 31 de março de 2025, a Administração da Sociedade avaliou se havia alguma indicação de que os ativos pudessem ter sofrido desvalorização e, concluiu que não há nenhum fator que indicasse que há necessidade de preparação de um novo teste no trimestre.

13. DEBÊNTURES

A composição das debêntures, negociadas em moeda funcional da Sociedade - Real (R\$), é como segue:

Série	Quantidade	Taxas contratuais	Vencimento	31.03.2025	31.12.2024
10ª emissão - 1ª série	1.754.020	IPCA+5,86% a.a.	out-31	2.170.167	2.089.612
10ª emissão - 2ª série	245.980	CDI+1,55% a.a.	out-28	260.732	252.235
				2.430.899	2.341.847
			Custo de transação	(53.583)	(55.520)
			Total	2.377.316	2.286.327
			Circulante	131.491	89.524
			Não circulante	2.245.825	2.196.803
			Total	2.377.316	2.286.327

Os saldos e movimentações estão representados por:

Moeda local	31.03.2025			31.03.2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	98.112	2.243.735	2.341.847	29.367	2.214.017	2.243.384
Juros provisionados	41.997	47.055	89.052	36.247	40.632	76.879
	140.109	2.290.790	2.430.899	65.614	2.254.649	2.320.263
Custo de transação	(8.618)	(44.965)	(53.583)	(8.504)	(52.898)	(61.402)
Saldo final	131.491	2.245.825	2.377.316	57.110	2.201.751	2.258.861

As debêntures não conversíveis em ações foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido da remuneração incidente entre as datas de emissão e as datas das efetivas integralizações conforme descrito a seguir:

Série	Data emissão	Valor nominal	Valor nominal unitário	Data integralização	Valor subscrito
10ª emissão 1ª série	15.10.2021	1.754.020	1.000	11.11.2021	1.754.020
10ª emissão 2ª série	15.10.2021	245.980	1.000	11.11.2021	245.980
		2.000.000			2.000.000

Em 31 de março de 2025, o valor presente das parcelas a vencer brutas do custo de transação apresentadas no passivo não circulante das emissões possuem os seguintes vencimentos:

Notas Explicativas

Ano de vencimento

2026	155.129
2027	287.773
2028	362.854
2029	416.049
Após 2029	1.068.985
	2.290.790

Em 22 de outubro de 2021 foi aprovada a 10ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 2 séries, da espécie quirografária da concessionária Litoral Sul no valor de R\$2.000.000. A 1ª série com emissão em novembro de 2021 no valor de R\$ 1.754.020, será remunerada através de IPCA + 5,86% a.a. com vencimento em outubro de 2031 e a 2ª série no valor de R\$ 245.980 com vencimento em outubro de 2028, será remunerada pelo CDI + 1,55% a.a..

As debêntures da 10ª Emissão possuem fiança da controladora Arteris.

As escrituras de emissão da 10ª emissão da Sociedade possuem cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. Sendo as principais elencadas abaixo:

Não realizar distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando:

- (a) a Sociedade estiver em mora com relação a qualquer das obrigações decorrentes das Debêntures;
- (b) a relação entre "Patrimônio Líquido" e "Ativo Total" for inferior a 20% (vinte por cento);
- (c) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida – ICSD, o qual será acompanhado trimestralmente, for inferior a 1,2, não estiver sendo cumprido, ressalvado, entretanto, o pagamento no montante de R\$415.000 devido pela Sociedade à acionista ou o pagamento de dividendo legal obrigatório, ainda sob a forma de juros sob capital próprio, previsto no Estatuto Social da Sociedade. O ICSD será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{ICSD} = \frac{(\text{EBITDA Ajustado} - \text{Impostos} - \text{CAPEX})}{\text{Serviço da Dívida}}$$

Onde:

- (i) EBITDA (*Earning before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) Ajustado = lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice;
- (ii) Impostos Pagos = somatório do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido pagos nos últimos 12 (doze) meses anteriores à apuração do ICSD; e
- (iii) CAPEX = montante investido para execução das obras e aquisição de equipamentos nos últimos 12 (doze) meses conforme descritos nos itens “Aquisições de Itens do Ativo Imobilizado” e “Aquisições de Itens do Intangível” do Caixa Líquido das Atividades de Investimento constante das Demonstrações do Fluxo de Caixa Indireto.

Ressalvado, entretanto, o pagamento no montante de R\$415.000 devido pela Sociedade à acionista ou o pagamento de dividendo legal obrigatório, ainda sob a forma de juros sob capital próprio, previsto no Estatuto Social da Sociedade.

- (d) a Sociedade deverá apresentar trimestralmente índice de alavancagem (Dívida Líquida / EBITDA Ajustado), de acordo com cada ano, menor ou igual a:

4,5	-	entre 2021-2023
4,0	-	em 2024
3,5	-	em 2025
3,0	-	em 2026
2,5	-	em 2027
2,0	-	entre 2028-2029
1,0	-	entre 2030-2031

Onde:

- (i) Dívida Líquida = soma de todos os saldos dos empréstimos, financiamentos e debentures menos todas as disponibilidades de caixa; e
- (ii) EBITDA Ajustado = lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com amortizações e depreciações

Notas Explicativas

(apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice.

Em relação às cláusulas restritivas contábeis e financeiras mencionadas acima, a Sociedade avaliou e não há impacto nas demonstrações a ser apresentado pois em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024, não há passivos financeiros conversíveis em ações.

A Sociedade cumpriu todos os índices dos *covenants* de suas debêntures em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

A Sociedade estima que irá cumprir os *covenants* que serão apresentados trimestralmente nos próximos doze meses, dessa forma os saldos de curto e longo prazo das suas dívidas representam a melhor estimativa de desembolso com base nos vencimentos previstos em seus contratos para os próximos doze meses.

14. FORNECEDORES, ADIANTAMENTO A FORNECEDORES E CAUÇÕES CONTRATUAIS

Em 31 de março de 2025, o saldo no passivo circulante de R\$40.006 (R\$44.846 em 31 de dezembro de 2024) refere-se a passivos junto a fornecedores e prestadores de serviços relacionados principalmente a valores por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação. O saldo de R\$41.525 (R\$40.791 em 31 de dezembro de 2024) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato prevendo retenção de 5% do valor dos serviços.

O saldo de R\$20.538 refere-se a adiantamento classificado no ativo não circulante como parte do contrato da obra do Contorno Viário de Florianópolis com a Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda. realizado em 19 de junho de 2023. Conforme comunicado ao mercado emitido em 10 de julho de 2023 a Litoral Sul rescindiu o contrato de prestação de serviços com a referida empresa. Embora o adiantamento tenha sido realizado para aplicação em obras, devido a rescisão de contrato, o adiantamento foi classificado como contas a receber, uma vez que tal valor não se converterá em serviços prestados. Ao mesmo tempo, a Sociedade acionou suas garantias de contrato da Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda. de forma garantir o recebimento do adiantamento realizado ao prestador de serviços.

Esses saldos estão relacionados predominantemente à concessão e incluem gastos com itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

15. ARRENDAMENTO MERCANTIL A PAGAR

A movimentação de saldos de arrendamento mercantil a pagar é apresentada no quadro abaixo:

	31.03.2025			31.03.2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	13.724	2.885	16.609	10.833	7.006	17.839
Remensurações	327	-	327	195	-	195
Utilizações (*)	(6.337)	-	(6.337)	(4.632)	-	(4.632)
Ajuste a valor presente - AVP	391	-	391	398	-	398
Transferências	163	(163)	-	1.259	(1.259)	-
	8.268	2.722	10.990	8.053	5.747	13.800

(*) Das utilizações, os pagamentos efetuados no período findo em 31 de março de 2025, referentes aos arrendamentos realizados, foram de R\$4.225 (R\$3.088 em 31 de março de 2024).

Em 31 de março de 2025, o valor presente das parcelas a vencer no passivo não circulante relativas aos arrendamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento	
2026	689
2027	331
2028	276
2029	300
Após 2029	1.126
	2.722

Notas Explicativas

O potencial PIS/COFINS (9,25%) embutidos na contraprestação dos arrendamentos no período findo em 31 de março de 2025 são respectivamente R\$105 e R\$482 para PIS e COFINS (R\$76 e R\$352, respectivamente, em 31 de março de 2024).

A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente, para os períodos findos em 31 de março de 2025 a taxa média consolidada é de e 2024, a taxa média é de 11,77% a.a. (10,97% a.a. em 31 de março de 2024). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de crédito da Sociedade excluídos os financiamentos do BNDES, levando em consideração o prazo de cada contrato de arrendamento.

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e demais partes relacionadas são relativas a despesas administrativas, mútuos e debêntures privadas para capital de giro.

Os saldos patrimoniais em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024 e as transações realizadas no resultado em 31 de março de 2025 e 2024, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

	31.03.2025	31.12.2024
Ativo circulante		
<u>Controladora / Outras Partes Relacionadas</u>		
Contas a receber:		
Intervias S.A. (a)	55	-
Planalto Sul S.A. (a)	885	895
Régis Bittencourt S.A. (a)	-	2.321
Contas a receber de partes relacionadas circulante	940	3.216
Total parte relacionada no ativo circulante	940	3.216
Passivo circulante	31.03.2025	31.12.2024
<u>Controladora / Outras Partes Relacionadas</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (a)	6.795	11.034
Passivos com partes relacionadas circulante	6.795	11.034
Juros sobre capital próprio:		
Arteris S.A.- controladora (b)	31.711	31.711
Total dos juros sobre capital próprio a pagar	31.711	31.711
Total do passivo circulante	38.506	42.745
Passivo não circulante	31.03.2025	31.12.2024
Debêntures a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (c)	1.117.675	1.085.565
Empréstimos partes relacionadas não circulante	1.117.675	1.085.565
Total do passivo não circulante	1.117.675	1.085.565

	31.03.2025		31.03.2024	
Passivos Circulante e Não Circulante	Não circulante	Total	Não circulante	Total
Saldo inicial	1.085.565	1.085.565	979.190	979.190
Juros provisionados	37.776	37.776	29.966	29.966
Imposto de renda retido na fonte	(5.666)	(5.666)	(4.495)	(4.495)
Saldo final	1.117.675	1.117.675	1.004.661	1.004.661

	31.03.2025		31.03.2024	
Contas de Resultado:	Despesas financeiras (b)/(c)	Despesas gerais (a)	Despesas financeiras (b)/(c)	Despesas gerais (a)
<u>Controladora</u>				
Arteris S.A.	(37.776)	(17.248)	(29.966)	(3.661)
Juros capitalizados	2.601	-	29.966	-
<u>Outras partes relacionadas</u>				
Planalto Sul S.A.	-	1.311	-	1.557
Régis Bittencourt S.A.	-	3.034	-	2.605
Total	(35.175)	(12.903)	-	501

Notas Explicativas

- (a) A Arteris, controladora da Sociedade, adota um critério de rateio de custos da *holding*, com base na receita de suas controladas, a fim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte, que serão reembolsados com vencimento médio de 45 dias. Os valores no subitem “Outras partes relacionadas” estão relacionados a reembolsos de custos e despesas administrativas entre as controladas.
- (b) Saldo a pagar de juros sobre o capital próprio conforme nota explicativa nº 20.
- (c) Decorrentes da 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª e 8ª emissões de debêntures série única não conversíveis em ações celebradas com a Arteris S.A. para execução do plano de investimentos da Sociedade. Os referidos títulos serão remunerados a uma taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescentado do *spread* que variam de 1% a 1,5% a.a. Os juros apresentados na demonstração do resultado estão líquidos dos juros capitalizados.

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	31.03.2025		31.12.2024	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
28.04.2015	31.12.2028	CDI + 1,50% a.a.	32.745	55.976	32.745	53.274
03.07.2015	31.12.2028	CDI + 1,50% a.a.	20.000	29.119	20.000	27.622
19.08.2015	31.12.2028	CDI + 1,50% a.a.	30.000	42.382	30.000	40.177
21.05.2018	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	280.000	174.371	280.000	161.456
19.11.2019	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	260.000	136.670	260.000	125.469
05.11.2020	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	37.700	18.712	37.700	17.122
			660.445	457.230	660.445	425.120
			1.117.675		1.085.565	

No decorrer do exercício findo em 31 de março de 2025, a Sociedade reconheceu o montante de R\$1.298 (R\$874 em 31 de março de 2024), a título de remuneração de seus administradores incluídos os encargos, dos quais R\$374 (R\$39 em 31 de março de 2024) relativos à diretoria da Sociedade e R\$924 (R\$835 em 31 de março de 2024) relativos ao rateio da diretoria da controladora Arteris. Os administradores estão sujeitos a remuneração por participação nos resultados de acordo com suas métricas, bem como a um programa de remuneração variável (Incentivo de Longo Prazo - ILP). Neste plano, o executivo é remunerado a partir de sua permanência mínima de três anos na organização, estando também sujeito ao atingimento de metas definidas previamente.

Os administradores não obtiveram empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos, benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações.

A remuneração dos administradores foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, sendo a remuneração anual global sem encargos em até R\$974 para ano de 2025 (R\$833 para o ano de 2024).

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no mercado.

17. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação nos Resultados - PPR anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o período/exercício correntes as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$5.936 e R\$4.824.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, os objetivos e os pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) do Grupo Arteris e da Sociedade, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com a qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

Notas Explicativas

18. OBRIGAÇÕES FISCAIS, IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	31.03.2025			31.12.2024		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Imposto de renda - IRPJ	-	-	-	-	-	-
Contribuição social - CSLL	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	116	80.688	80.804	114	75.021	75.135
Programa de integração social - PIS	493	-	493	479	-	479
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	2.276	-	2.276	2.209	-	2.209
Tributos federais retidos	1.360	-	1.360	1.084	-	1.084
	4.245	80.688	84.933	3.886	75.021	78.907
Impostos sobre serviços - ISS	4.531	-	4.531	4.031	-	4.031
Total obrigações fiscais	8.776	80.688	89.464	7.917	75.021	82.938
Total	8.776	80.688	89.464	7.917	75.021	82.938

19. PROVISÕES

a) Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios

A movimentação dos saldos dos riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios durante os períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024 é conforme segue:

	31.12.2024	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31.03.2025
Cíveis	1.467	2.796	(684)	(1.867)	22	1.734
Trabalhistas	690	738	(232)	(300)	3	899
Regulatórios	15.237	-	-	-	-	15.237
Total	17.394	3.534	(916)	(2.167)	25	17.870
	31.12.2023	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31.03.2024
Cíveis	14.818	1.323	(558)	(599)	187	15.171
Trabalhistas	481	750	(381)	(404)	1	447
Regulatórios	14.287	-	-	-	-	14.287
Total	29.586	2.073	(939)	(1.003)	188	29.905

A Sociedade é parte em processos regulatórios administrativos movidos pela ANTT. Periodicamente a Sociedade realiza revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes.

A Sociedade informa ainda que os processos regulatórios prováveis, possíveis e remotos são objeto de negociação de TAC de multas conforme mencionado na nota explicativa nº 2.

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos estão representados abaixo:

Possíveis	31.03.2025	31.12.2024
Cíveis	10.378	10.389
Trabalhistas	12.829	11.262
Ambiental	3.690	3.622
Regulatórios	25.190	24.869
Fiscal	8.226	7.989
Total	60.313	58.131

Os depósitos judiciais no montante de R\$61.158 em 31 de março de 2025 (R\$61.253 em 31 de dezembro de 2024) classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco de perda ser classificado como possível ou remoto. Esse saldo é composto em sua maioria por indenizações para desapropriações de obras e relativos a autos de infrações impostos pela ANTT.

b) Provisão para manutenção

A provisão para manutenção é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a valor presente pela taxa de desconto de 7,42% a.a. em 31 de março de 2025 (7,61% a.a. em 31 de dezembro de 2024), considerando os valores da próxima intervenção que, de acordo com o contrato de concessão o ciclo é de 4 anos.

Notas Explicativas

c) Provisão para investimento

A provisão para investimentos é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados de gastos na construção e melhorias de rodovias até o final da concessão, descontado a valor presente pela taxa de desconto de 6,40% a.a. em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante os períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024 é conforme segue:

	Circulante		Não circulante		Total	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2024	7.064	69.586	32.096	75.459	39.160	145.045
Adições/Reversões	1.427	3.794	-	14.890	1.427	18.684
Utilizações	-	(16.071)	-	-	-	(16.071)
Ajuste a valor presente	517	1.355	201	1.411	718	2.766
Transferências	1.049	13.982	(1.049)	(13.982)	-	-
Saldo em 31.03.2025	10.057	72.646	31.248	77.778	41.305	150.424

	Circulante		Não circulante		Total	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2023	472	55.955	32.363	81.314	32.835	137.269
Adições/Reversões	820	(278)	3.699	4.884	4.519	4.606
Utilizações	-	(6.944)	-	-	-	(6.944)
Ajuste a valor presente	-	848	39	1.081	39	1.929
Transferências	-	14.113	-	(14.113)	-	-
Saldo em 31.03.2024	1.292	63.694	36.101	73.166	37.393	136.860

Os pagamentos efetuados no período findo em 31 de março de 2025 referentes às manutenções realizadas foram de R\$18.266 (R\$8.253 em 31 de março de 2024).

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social subscrito em 31 de março de 2025 é de R\$3.983.220 (R\$3.893.220 em 31 de dezembro de 2024), composto por 4.158.155.555 (4.158.155.555 em 31 de dezembro de 2024) ações ordinárias e sem valor nominal, integralizadas pelo valor de R\$3.785.168 (R\$3.695.168 em 31 de dezembro de 2024).

A Sociedade aprovou em Assembleia Geral o seguinte aumento de capital:

Data da integralização	Aprovação	Forma da integralização	Quantidade de ações emitidas	Valor Subscrito	Valor Integralizado
28.03.2025	26.03.2024	Dinheiro	-	90.000	90.000
			-	90.000	90.000

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar ou distribuição de dividendos adicionais observado o artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos propostos” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade.

Juros sobre o capital próprio

Notas Explicativas

Os juros sobre capital próprio são reconhecidos como distribuição de lucros, uma vez que têm a característica de um dividendo para efeito de apresentação nas informações contábeis intermediárias. O valor dos juros é calculado como uma porcentagem do patrimônio líquido da Sociedade, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro, conforme exigência legal. Estão limitados a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo acumulado de lucros retidos em exercícios anteriores, o que for maior. Sobre o valor calculado dos juros sobre capital próprio é devido o Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, calculado à alíquota de 15%. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, a referida remuneração é considerada como dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social.

21. RECEITAS

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado dos períodos é como segue:

	31.03.2025	31.03.2024
Receita de serviços prestados	222.112	202.182
Receita de serviços de construção	44.466	236.261
Outras receitas	1.411	1.502
Receita bruta	267.989	439.945
ISSQN	(11.117)	(10.114)
PIS	(1.452)	(1.323)
COFINS	(6.701)	(6.108)
Outras deduções	(163)	(87)
Receita líquida	248.556	422.313

22. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	31.03.2025	31.03.2024
Custos:		
Com pessoal	(9.768)	(9.087)
Serviços de terceiros	(7.814)	(7.055)
Conservação	(3.974)	(4.780)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(358)	(543)
Consumo	(1.965)	(1.572)
Transportes	(2.201)	(1.730)
Verba de fiscalização	(4.156)	(3.977)
Recursos para desenvolvimento tecnológico	(424)	(110)
Seguros / Garantias	(1.501)	(1.013)
Provisão de manutenção em rodovias	(18.684)	(4.606)
Custos de serviços da construção	(44.466)	(236.261)
Depreciação / Amortização (*)	(178.311)	(29.630)
Outros	(478)	(231)
Total	(274.100)	(300.595)
	31.03.2025	31.03.2024
Despesas gerais e administrativas:		
Com pessoal	(5.711)	(3.799)
Serviços de terceiros	(748)	(619)
Manutenção de bens e conservação	(774)	(366)
Consumo	(430)	(314)
Transportes	(73)	(85)
Seguros/Garantias	(7)	(5)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	(2.618)	(1.134)
Comunicação e marketing	(63)	(46)
Indenizações à terceiros	(74)	(32)
Publicações legais	(3)	(10)
Depreciação / Amortização	(1.283)	(982)
Provisão para perdas esperadas	(67)	(333)
Outros	(576)	(294)
Total	(12.427)	(8.019)

Notas Explicativas

(*) Em 9 de agosto de 2024 foi concluída a obra do Contorno Viário de Florianópolis, o que impactou a amortização em R\$154.278 no período findo em 31 de março de 2025.

23. RESULTADO FINANCEIRO

Está representado por:

	31.03.2025	31.03.2024
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	2.814	1.853
Créditos fiscais	1.043	11
Outras receitas	2	1
Total	3.859	1.865
	31.03.2025	31.03.2024
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros (*)	(124.227)	(7.596)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(3.875)	(2.366)
Outras despesas	(3.564)	(2.774)
Total	(131.666)	(12.736)

(*) Do total dos juros de financiamentos e debêntures incorridos em 31 de março de 2025 no valor de R\$126.828, o montante de R\$2.601 foi reconhecido como adição de infraestrutura em construção na demonstração do fluxo de caixa de investimento (R\$106.844 e R\$99.249 em 31 de março de 2024).

24. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	31.03.2025	31.03.2024
Total das adições de intangível e infraestruturas em construção (a)	48.493	332.749
Total das adições de imobilizado (b)	69	91
Juros capitalizados - mútuos (a)	(2.601)	(29.966)
Juros capitalizados - debêntures (a)	-	(69.283)
	45.961	233.591
Aquisição (adições)	(45.961)	(233.591)
Fornecedores	(23.694)	(44.397)
Obrigações fiscais	(1.542)	(207)
Contas a pagar - partes relacionadas	(1.173)	(1.276)
Cauções contratuais	615	4.538
Provisão para investimentos em rodovias	1.427	4.519
Total dos fluxos de caixa na compra de intangível e infraestruturas em construção	(70.328)	(270.414)
Fluxo de caixa imobilizado	(69)	(91)
Fluxo de caixa intangível	(70.259)	(270.323)
Total dos fluxos de caixa de imobilizado e intangível	(70.328)	(270.414)
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de exercícios anteriores menos valores a pagar no período, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível e infraestrutura em construção	(24.367)	(36.823)
Outras transações que não envolveram caixa:		
Juros sobre capital próprio propostos e não pagos	31.711	31.711
(a) Vide notas explicativas nº 12 e nº 23.		
(b) Vide nota explicativa nº 11.		

Notas Explicativas

25. (PREJUÍZO) LUCRO POR AÇÃO

O cálculo básico do (prejuízo) lucro por ação é feito por meio da divisão do (prejuízo) lucro do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

A tabela a seguir reconcilia o (prejuízo) lucro do período e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do (prejuízo) lucro básico e diluído por ação.

	31.03.2025	31.03.2024
Básico/Diluído		
(Prejuízo) lucro do período	(165.414)	83.622
Número de ações durante período	4.158.156	3.539.145
(Prejuízo) lucro por ação	(0,0398)	0,0236

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas informações contábeis intermediárias, conforme quadro a seguir:

	Nível	Mensuração (*)	31.03.2025		31.12.2024	
			Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo						
Caixas e equivalentes de caixa	N/A	2	144.192	144.192	25.700	25.700
Aplicações financeiras	N/A	2	7.976	7.976	4.364	4.364
Contas a receber clientes	N/A	2	47.894	47.894	42.114	42.114
Contas a receber - partes relacionadas	N/A	2	940	940	3.216	3.216
Adiantamento a fornecedores	N/A	2	20.685	20.685	20.670	20.670
Aplicações financeiras vinculadas	N/A	2	70.502	70.502	39.864	39.864
Outros Créditos	N/A	2	4.030	4.030	4.310	4.310
			296.219	296.219	140.238	140.238
Passivo						
Debêntures partes relacionadas	N/A	2	1.117.675	1.117.675	1.085.565	1.085.565
Contas a pagar - partes relacionadas	N/A	2	38.506	38.506	42.745	42.745
Debêntures (a)	N/A	2	2.430.899	2.345.962	2.341.847	2.205.404
Fornecedores e cauções contratuais	N/A	2	81.531	81.531	85.637	85.637
Taxa de fiscalização	N/A	2	1.426	1.426	1.364	1.364
Outras contas a pagar	N/A	2	3.340	3.340	27.743	27.743
			3.673.377	3.588.440	3.584.901	3.448.458

(a) Valor bruto

(*) Mensuração: 1) Mensurados a valor justo por meio de resultado 2) Custo amortizado

Mensuração a valor justo

O Pronunciamento Técnico CPC 46 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Sociedade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Técnicas de mensuração do valor justo:

A Sociedade avaliou que o valor justo das contas a receber, contas a pagar a fornecedores e cauções contratuais e demais ativos e passivos circulantes são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos.

Notas Explicativas

O valor justo dos ativos a receber e passivos a pagar a longo prazo, tais como aplicações financeiras, aplicações financeiras vinculadas, são avaliados pela Sociedade com base em parâmetros tais como taxas de juros e fatores de risco. Com base nessa avaliação, o valor contábil desses ativos e passivos se aproximava de seu valor justo.

Os valores contábeis dos mútuos a pagar com partes relacionadas e empréstimos, por se tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas da Sociedade, consideram-se os valores contábeis desses instrumentos financeiros equivalentes aos valores justos.

Já as debêntures, tiveram seus valores justos calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas, acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

27. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Sociedade ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP e do CDI, relativos a mútuos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de março de 2025, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% e redução de (-25%) nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de mútuos e debêntures com partes relacionadas, líquidos das aplicações financeiras.

Efeito no lucro antes da tributação - Aumento em pontos bases				
Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)	Cenário IV (- 25%)
CDI	14,65%	18,31%	21,98%	10,99%
Receita de aplicações financeiras	8.956	11.194	13.433	6.717
Juros a incorrer - Mútuos e Debêntures privadas (*)	(152.336)	(187.363)	(222.390)	(117.309)
Juros a incorrer - Debêntures	(76.935)	(86.061)	(95.187)	(67.808)
Juros a incorrer CDI líquido (*)	(220.315)	(262.229)	(304.143)	(178.401)

Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)	Cenário IV (- 25%)
IPCA	4,96%	6,20%	7,44%	3,72%
Juros a incorrer - Debêntures	(344.318)	(370.883)	(397.449)	(317.752)
Juros a incorrer IPCA líquido (*)	(344.318)	(370.883)	(397.449)	(317.752)
Juros a incorrer líquido	(564.632)	(633.112)	(701.593)	(496.152)

Fonte dos índices dos cenários apresentados: CDI relatório Focus de 01 de abril de 2025, disponibilizados no website do Banco Central do Brasil - BACEN. TJLP consulta de séries, disponibilizado no website do Banco Central do Brasil - BACEN.

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Sociedade incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Sociedade.

A exposição da Sociedade ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características da operação. Além disso, as receitas de pedágio se dão de forma bem distribuída durante todo o período/exercício, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias das suas administradoras de cobranças. Para os casos das receitas acessórias a Sociedade interrompe a prestação de serviços em casos de inadimplementos.

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2025, a Sociedade apresenta valores a receber no montante de R\$47.520 (R\$41.401 em 31 de dezembro de 2024) com as empresas CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Conectar Instituição de Pagamento e Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A, Move Mais Meios de Pagamentos Ltda., Veloe Companhia Brasileira de Soluções e Serviços S.A e Greenpass Tecnologia em Pagamentos S.A., decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio, registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio.

c) Risco de liquidez e gestão de capital

Risco de liquidez é o risco de que a Sociedade irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Sociedade na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Sociedade.

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora Arteris S.A. gerência o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e a cláusula contratual restritiva (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures é monitorada regularmente para garantir que o contrato esteja sendo cumprido.

No período findo em 31 de março de 2025, a Sociedade reconheceu um prejuízo de R\$165.414, e seu passivo circulante excedeu o ativo circulante em R\$57.908 (R\$202.302 em 31 de dezembro de 2024).

A Administração antecipa que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos

A tabela a seguir apresenta o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Fluxos de caixa contratuais								
Modalidade	Taxa de juros (a)	Valor contábil	Total	3 meses ou menos	3 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 4 anos	5 anos ou mais
Arrendamento mercantil a pagar	11,77%	10.990	12.165	4.005	4.707	885	480	2.088
Partes relacionadas	16,50%	1.117.675	1.117.675	-	-	-	1.117.675	-
Debêntures - CDI (b)	16,50%	260.732	330.719	-	83.418	94.051	153.250	-
Debêntures - IPCA (b)	11,30%	2.170.167	2.967.800	60.479	186.764	257.600	839.885	1.623.072
Fornecedores e cauções contratuais		81.531	81.531	40.006	41.525	-	-	-
Fornecedores partes relacionadas		6.795	6.795	6.795	-	-	-	-
Outras contas a pagar		3.340	3.340	3.340	-	-	-	-
		3.651.230	4.520.025	114.625	316.414	352.536	2.111.290	1.625.160

- (a) Média ponderada efetiva % a.a.
- (b) Valores brutos dos custos de transação.

28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

Os segmentos operacionais devem ser identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Sociedade, regularmente revisados pela diretoria da Administração da Sociedade, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Sociedade classificou seus negócios como exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio.

A área geográfica de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

Notas Explicativas

29. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários.

Em 31 de março de 2025, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita (*)	180.000
	Responsabilidade civil	20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	219.707

(*) Por sinistro.

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade mantém apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração da ANTT e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. Os valores dessa garantia em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024, foram de R\$111.397 e de R\$90.842, respectivamente.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Deloitte Touche Tohmatsu
Av. John Dalton, 301 - 1º andar - Techno Plaza Corporate
Edifício 2 - Bloco B
13069-330 - Campinas - SP - Brasil
Tel.: + 55 (19) 3707-3000
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos Administradores e Acionistas da
Autopista Litoral Sul S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Autopista Litoral Sul S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o período de três meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Valores comparativos

As Informações Trimestrais - ITR mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações contábeis correspondentes ao resultado, mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado do trimestre findo em 31 de março de 2024, obtidas das informações trimestrais - ITR daquele trimestre, e aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024, obtidas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins de comparação. A revisão das Informações Trimestrais - ITR do trimestre findo em 31 de março de 2024 e o exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de revisão e de auditoria com datas de 9 de maio de 2024 e 26 de fevereiro de 2025, respectivamente, sem ressalvas.

Campinas, 12 de maio de 2025

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Manoel P. da Silva
Contador
CRC nº 1 SP 205664/O-2

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Na qualidade de Diretores da Autopista Litoral Sul S.A., declaramos, nos termos do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80/22, datada de 29 de março de 2022, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao período findo em 31 de março de 2025.

São Paulo, 15 de maio de 2025

Alisson de Almeida Freire - Diretor Presidente

Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Giane Luza Zimmer Freitas - Diretora de Assuntos Regulatórios

Antonio Cesar Ribas Sass - Diretor Superintendente

Luiz Cesar Lindgren Costa - Diretor de Engenharia

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Na qualidade de Diretores da Autopista Litoral Sul S.A., declaramos, nos termos do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80/22, datada de 29 de março de 2022, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu, relativas ao período findo em 31 de março de 2025.

São Paulo, 15 de maio de 2025

Alisson de Almeida Freire - Diretor Presidente

Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Giane Luza Zimmer Freitas - Diretora de Assuntos Regulatórios

Antonio Cesar Ribas Sass - Diretor Superintendente

Luiz Cesar Lindgren Costa - Diretor de Engenharia